

“A deliberação como método da Ética”

Diego Gracia - Universidade Complutense de Madrid

Tradução:
António Carneiro

Revisão:
Maria Luísa Portocarrero
Alexandre Franco de Sá
Ana Figueiredo Sol

O que é um conflito moral?

Todos temos de vez em quando conflitos a que chamamos morais. O mais difícil é definir em que é que consistem e porque é que os consideramos como tal. O conflito é algo bem determinado. Um conflito não é o mesmo que um problema. O problema surge, por exemplo, da necessidade de escolher entre diferentes cursos da ação. O conflito, pelo contrário, surge do choque entre dois ou mais elementos.

Há conflitos de vários tipos. Há “conflitos de factos”. Há factos que conflituam porque são o resultado do embate entre duas coisas ou realidades. Como os conflitos armados, as guerras e tantos outros. Há conflitos de outro tipo. Fala-se muito, por exemplo, de “conflitos de valores”. E, sobretudo no âmbito jurídico, não é rara a expressão “conflitos de deveres”. Há também os chamados “conflitos morais”. Para precisar o sentido de cada um deles é preciso que comecemos por analisar o que são “factos”, “valores” e “deveres”.

Em primeiro lugar os “factos”. É um termo que utilizamos continuamente na linguagem coloquial. Quando queremos dar a entender que algo é indiscutível, afirmamos que é um facto. Os factos são contundentes, vigorosos e definitivos. Esse vigor, seja lá isso o que for, é-lhes conferido pelos dados da percepção. O que vemos, ouvimos ou tocamos impõe-se-nos de modo inapelável. Tem toda a força do imediato. A isso, a que em linguagem coloquial chamamos *imediate*, chamam os filósofos de *intuitivo*. Os sentidos dão-nos intuições, as chamadas intuições sensíveis. E as intuições são inapeláveis, entre outras coisas porque não se consegue ir mais atrás do que elas próprias. A visão da cor vermelha é uma intuição, a intuição do vermelho. Quem a teve sabe perfeitamente o que é o vermelho e quem não a teve nunca, por mais que se lhe explique, perceberá, não terá intuição, não saberá o que é o vermelho. Pense-se, por exemplo, num cego de nascença. Nunca poderá ter a intuição do vermelho por mais que lhe expliquemos. A visão do vermelho é um “facto” imediato. Há muitos outros factos que são mediatos, já que os vemos ou ouvimos através de mediações, como por exemplo o que hoje em medicina designamos como técnicas de diagnóstico não invasivas. Esses “factos mediatos”, não são diretamente perceptíveis, são filhos do progresso da ciência e da técnica. Ambos se movem neste mundo dos factos e da explicação dos factos. Isto tudo dá lugar aos chamados “factos científicos” e “factos técnicos”. Há conflitos tanto na ordem dos

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

“factos imediatos” como na ordem dos “factos técnico-científicos”. Há conflitos de factos. A natureza, no fundo, é uma série interminável de conflitos. É o que já Heraclito dizia: a guerra (*pólemos*) é o princípio de tudo. Muitos anos depois Darwin defini-la-ia como “luta” (*struggle*). São os conflitos de factos. Hoje tudo isto é tão óbvio, que as explicações são supérfluas. O difícil para a pessoa de hoje é perceber que haja algo que não sejam factos e factos científicos. São os componentes dos outros dois níveis, os que são próprios dos valores e dos deveres. Vejamo-los.

Os factos percebem-se direta ou indiretamente, de modo imediato mediante instrumentos mais ou menos complexos. Mas há coisas na vida que, apesar de serem fundamentais, não são, estritamente falando, dados de perceção nem, portanto, factos. É o caso dos valores. Os valores não se percebem, estimam-se, apreciam-se e valoram-se. Valorar não é o mesmo que perceber. Ao perceber o mesmo, podemos valorá-lo de modo distinto e vice-versa. O valor pode modificar-se sem que o facto se altere ou ao contrário. O valor económico e o preço das coisas variam sem que estas se alterem. O valor do dinheiro muda constantemente valorizando-se ou desvalorizando-se em relação a outras moedas sem que se altere a materialidade das notas de banco. O mesmo se pode dizer de um quadro. As pinturas de El Greco são contempladas desde que ele as pintou na segunda metade do século XVI e durante os primeiros anos do século XVII. Mas o apreço por elas tem variado enormemente ao longo do tempo. O “facto” permaneceu idêntico, mas o valor “mudou”. Factos e valores são dimensões distintas das coisas, cada uma com as suas próprias leis.

O que é evidente é que sem factos não haveria valores. Se todas as obras de El Greco tivessem ardido, se não houvesse rasto delas, dessas telas, das pinceladas que as cobrem, etc, a sensação estética que esses quadros produzem teria desaparecido. O valor é distinto do facto, mas depende dele. Dito de forma algo mais técnica, os factos são o “suporte” dos valores. São como os cabides em que os valores estão pendurados. Uma coisa é o cabide e outra é o que está pendurado nele. Pois bem, aqui é a mesma coisa, uma coisa é o cabide, o facto, outra o que está pendurado nela, o valor.

O mundo dos valores tem uma riqueza extraordinária, tanta ou mais do que a do mundo dos factos. Isto pode parecer-nos surpreendente, mas isso só se deve à nossa supina ignorância das constelações desse enorme universo. Por mais que valorar seja uma função imprescindível na vida, tal como o respirar, sabemo-la executar de modo natural e espontâneo, sem consciência disso e muito menos com educação adequada ou linguagem precisa. No mundo dos valores somos quase analfabetos. Não sabemos nem falar deles nem conhecemos a sua linguagem.

E, no entanto, os valores são a coisa mais importante das nossas vidas. É-o sem dúvida o valor económico. Quem não aprecia ou deprecia as coisas que vê, e, portanto, quem é que lhes não atribui um preço? Tudo tem o seu preço. Não é preciso saber nada de teoria dos valores para perceber este ato de valorização económica. Apreciamos, estimamos e valoramos as coisas, tal como as pessoas, esteticamente, moralmente, etc. A escolha da carreira não se faz, por acaso, por motivos de valor? É o que os antigos manuais de ascética chamavam eleição

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

de estado. O que é que nos leva a querer partilhar o resto da nossa vida com outra pessoa? Que não se duvide, os valores são o mais importante das nossas vidas.

Se os médicos lidassem com o mundo dos valores com facilidade, veriam com clareza que saúde e doença não são factos, mas valores. Durante a carreira aprendemos muitos factos clínicos, lesões, disfunções, infeções, etc, e isso levou-nos a pensar que a doença é um puro facto biológico. Nada mais longe da realidade. É um sofisma que nos livros de lógica se descreve como *pars pro toto*. É claro que na saúde e na doença há questões de facto. Mas sobre eles instalam-se os valores. Saúde e doença são estimativas e valorações. Não perceber isto é fechar os olhos à realidade e sujeitar-se a não compreender quase nada.

Os valores são de muitos tipos, religiosos, jurídicos, estéticos, lógicos, económicos, etc. Têm muitas propriedades. Uma das quais é a qualidade. Os valores são todos qualitativamente distintos. Outra é a ordenação ou hierarquia. Os valores não são todos do mesmo nível. Considera-se, em geral, que os valores das coisas ou materiais são hierarquicamente inferiores aos dos seres vivos ou vitais, e estes inferiores aos do ser humano ou espirituais. Há, contudo, outras propriedades. Mas o que aqui nos interessa é chamar a atenção para o facto de os valores poderem ser incompatíveis entre si. É isto que se designa tecnicamente com “conflito de valores”. Os valores podem entrar em conflito. É o que vemos todos os dias na nossa prática clínica. Um valor material, o dinheiro, pode estar em conflito com um valor vital, a saúde. E esta pode entrar em conflito com valores estéticos, religiosos, éticos, etc.

Depois do que foi dito a expressão “conflito de valores” pode parecer clara, mas no fundo é profundamente obscura. O que significa que os valores entram em conflito entre si? Os valores em si não são conflitivos; são, valem, e nada mais. Voltemos a um dos exemplos anteriores. Um valor é o económico e o outro é o valor saúde. Enquanto valores são completamente diferentes. Os valores são qualidades que ou se têm ou não se têm. O conflito nunca está nos valores, mas sim na sua realização. O conflito surge quando tentamos realizar valores sem que a promoção de um impeça a realização de outro, ou pelo menos a sua não lesão. Isso é que é o conflito. Portanto os conflitos não afetam os valores em si, mas sim a sua realização.

Convém analisar com maior detalhe em que é que consiste a realização de valores. Os valores valem, como se mencionou anteriormente. O que significa isso? Significa que se um valor desaparecesse da terra teríamos perdido algo importante. Pensemos, por exemplo, na beleza ou na amizade ou no amor. Dizemos que são valores. E são porque valem por si. Moore chamava a esses valores intrínsecos. Tem valor intrínseco o que em caso de desaparecer ocasionaria uma perda importante. Não há dúvida de que o nosso mundo é muito injusto e de que nele abundam guerras. Mas também não há dúvida de que a paz e a justiça são valores intrínsecos, porque se desaparecessem para sempre teríamos perdido algo importante. Pois bem, no ser humano há um terceiro mundo para além do dos factos e do dos valores. É o mundo dos deveres. É um mundo estranhíssimo. Os seres humanos acreditam que devem fazer certas coisas e evitar outras. É também uma experiência universal, consubstancial com a natureza humana. Poderemos divergir quanto ao conteúdo dos nossos deveres, mas a experiência do dever é praticamente universal. E que é que devemos? Realizar valores? É

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

precisamente porque os valores valem que o ser humano acredita que os deve realizar, torná-los realidade no menor tempo possível. É um dever fazer o possível para que se realizem o valor da paz, o valor da justiça, o valor do amor, o valor da beleza, etc. Todos desejaríamos que o nosso mundo fosse assim. Temos o dever de fazer o possível para que o nosso mundo real, esta “idade de ferro”, como dizia D. Quixote de La Mancha, se transforme em “idade dourada”, plena de verdade, de justiça, de amor e de paz. E mais, estamos obrigados a fazê-lo mesmo sabendo que não o conseguiremos nunca. É algo muito extravagante: o ideal, como o valor da justiça, tem efeitos reais sobre nós, obriga-nos realmente, exige-nos a sua realização. Não é o real que se impõe ao ideal, pelo contrário é o ideal que se impõe ao real. O que falha não são as utopias, o que falha é a realidade.

Este terceiro mundo, o mundo dos deveres, sobrepõe-se ao mundo dos valores. Sucede algo parecido com o que vimos a propósito da relação dos factos com os valores. Dissemos então que os factos eram o suporte dos valores. Pois bem, agora temos de afirmar algo semelhante, os valores são o suporte os deveres. O dever não é oco, não está vazio; tem sempre conteúdo, matéria. E a sua matéria são os valores. O nosso dever é o de realizar os valores.

Voltemos agora ao tema do conflito de valores. Os valores só entram em conflito entre si quando se passa do segundo mundo para o terceiro, quando se passa da axiologia para a ética, ou seja, quando se trata de realizar valores. Aí então entram em conflito, porque a nossa capacidade para realizar valores é muito limitada; sempre, e desde logo, menor do que a pugna dos valores para se realizarem, para se tornarem reais. O chamado conflito de valores é, pois, o conflito na realização dos valores.

Isso significa que no mundo do dever há, por sua vez, dois níveis e momentos. Um é o nível ideal no qual os valores lutam pela sua realização, mas sem terem em conta as circunstâncias concretas. Este nível é muito importante porque é o que orienta a nossa vida moral. Nesse primeiro nível, todos os valores positivos criam em nós uma obrigação, a de realizá-los e, não entrando em conflito entre eles, essa obrigação abstrata ou ideal converte-se *ipso facto* em obrigação real.

Haverá conflitos neste nível ideal? Claro que sim. Pensemos em dois valores positivos em que cada um exige a sua realização. Um valor é o da vida, e outro o valor religioso, ordenar a vida em conformidade com as suas próprias crenças. Esses dois valores confrontam-nos exigindo-nos o seu cumprimento. Mas entram em conflito na sua realização. É o caso das testemunhas de Jeová. Se se é fiel às suas próprias crenças corre-se o risco de perder a vida, e vice-versa. Isso é que se pode considerar um “conflito de valores”. Com este exemplo percebemos o que significa a expressão de forma mais precisa. Dois ou mais valores entram em conflito quando se tentam concretizar, realizar-se. Os chamados conflitos de valores são, em rigor terminológico, conflitos de deveres. Mas de deveres deste primeiro nível, o nível do ideal. Há valores que no momento da realização provocam conflitos entre si.

Há um segundo nível. A concretização tem de se fazer sempre em condições concretas, recorrendo a uns meios e não a outros. Isto faz com que a concretização esteja sempre situada no espaço e no tempo. Tenho de concretizar a justiça, ou a paz, em condições concretas,

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

contando com as circunstâncias próprias de uma situação específica e, além disso, contar com as consequências das decisões que tomar. Se o nível anterior era o das obrigações e dos valores puros, ideais, este segundo é o nível das obrigações e das situações concretas. Por exemplo, por mais que no primeiro nível eu creia que não devo mentir, e que considere que a verdade é um valor que exige respeito e concretização no mundo, posso vir a encontrar-me em situações tais que creia que não devo dizer a verdade, por exemplo, a um doente. Afirmando a verdade no primeiro nível, considero-me autorizado a não dizer toda a verdade, ou mentir, no segundo nível. São coisas perfeitamente compatíveis. Sempre que, na prática, crio uma exceção ao princípio da verdade, posso continuar a afirmá-lo noutra nível, e acreditar que ele me continua a obrigar, de tal forma que se as circunstâncias se alterarem terei que voltar e dizer a verdade.

Em espanhol esta diferença de níveis não se percebe muito bem porque utilizamos o mesmo verbo para expressar estas duas situações. Noutros idiomas não é assim. Em inglês, por exemplo, o primeiro expressa-se pelo verbo *shall*, e mais em concreto pelo seu tempo passado *should*, que traduziríamos por “deveria”. Pelo contrário, o segundo nível exprime-se pelos verbos *ought to* ou *must*, que traduzimos por “deve”. O mesmo se passa com o alemão em que *Sollen* se diferencia perfeitamente de *Müssen*. Em espanhol utilizamos o mesmo verbo conjugando-o em tempos diferentes. No primeiro com o tempo dito potencial “deveria”, o segundo no tempo concreto “deve”. Potencialmente deveria dizer a verdade, mas neste contexto devo mentir. Na nossa língua tem perfeito sentido dizer: “deveria dizer a verdade, mas neste momento creio que devo mentir”.

Este jogo de palavras permite ver com toda a clareza que aqui também há conflitos. Já não se trata de conflitos entre valores que pugnam pela sua concretização, mas de conflito entre o deveria e o deve, entre a exigência ideal dos valores e as condições reais. É a isto que se deve chamar, com precisão, “conflito de deveres”. Quando creio que pode haver uma exceção ao princípio da verdade, porque se o não fizesse estaria a faltar ao respeito a um doente concreto, há um conflito de valores, o da verdade e o do respeito, não porque eles sejam incompatíveis entre si, mas porque são incompatíveis numa situação concreta. Não se trata de um conflito de valores, mas tão só de um conflito entre o “deveria” e o “deve”, entre o que deveria fazer e o que devo fazer. Isto diferencia claramente o exemplo da verdade exposto no caso das testemunhas de Jeová. Neste caso o conflito não provém das circunstâncias concretas, na medida em que há dois valores incompatíveis: o respeito pela crença exige o sacrifício da vida e vice-versa.

O último tipo de conflitos a que chamamos conflito de deveres, é aquilo que David Ross tratou magnificamente no seu livro *The Right and the Good*, distinguindo os dois níveis de deveres, a que chamou “deveres *prima facie*” e “deveres reais e efetivos”. Os deveres têm sempre essas duas dimensões.

Podemos agora responder à pergunta inicial deste capítulo: o que é um conflito moral? Não é certamente um conflito de factos, mas sim um conflito de valores e deveres. O conflito moral é sempre um conflito de concretização de valores. É moral porque tem a ver com a concretização de valores. Mas nessa realização há sempre dois níveis, o do “deveria” e o do

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

“deve”. Em ambos há conflitos de valores. Há conflitos em que a dificuldade vem dos próprios valores e há conflitos que se devem a situações empíricas que condicionam a sua concretização. No caso das testemunhas de Jeová, o conflito vem da própria matéria do valor, que exige que se não transfunda sangue, o que pressupõe risco para a vida. O conflito decorre das circunstâncias empíricas em que se terá de concretizar esse valor. O mesmo se diz no caso da verdade e o ferir o respeito pelo doente. São as condições psicológicas concretas do doente, e não o valor do respeito em si mesmo, que geram o conflito. Aqui o conflito não é entre valores, mas sim entre o *deveria* da sua concretização ideal e o *deve* da sua realização concreta. É a este último que se deveria chamar, em sentido estrito, conflito de deveres. A expressão “conflito moral” abarca tanto os conflitos de valores como os conflitos de deveres. Em última instância são todos conflitos morais.

Os passos da deliberação moral

A deliberação moral tem níveis, pelo menos três. Há que deliberar primeiro sobre os factos, de seguida sobre os valores e finalmente sobre os deveres. Isto que nos parece complexo, não é tanto assim se se seguir um procedimento que nos exija ir passo a passo.

O processo de deliberação deve ser posto em marcha sempre que há um problema. Se alguém precisa de tomar uma decisão tem problemas para saber o que decidir. É daí que o procedimento se inicia com apresentação do problema ou caso, por quem o tem (passo 1). Isto é o que fazemos quando procuramos o conselho de alguém. A primeira intervenção é apresentar o problema. Em Medicina aquilo a que chamamos problema é o que costumamos chamar caso clínico. Os casos clínicos encerram múltiplos problemas. A uma comissão de ética o que é lógico é que se levem os problemas morais. Á frente tentar-se-á definir o que é um problema moral. Nesta fase basta que quem tem o problema deve expô-lo, expor o caso tal como se faz numa sessão clínica.

Passo 2, também é idêntico ao que se faz numa sessão clínica. Se se trata de um problema ético relacionado com um doente ou doença, a primeira coisa a fazer é conhecer bem os factos, neste caso os factos clínicos. Isto pressupõe analisar com a maior precisão possível a situação do doente, o seu diagnóstico, o seu prognóstico e o seu tratamento. Nunca poderemos reduzir a incerteza a zero, mas é necessário limitá-la ao mínimo possível, porque toda essa incerteza é transportada para os passos seguintes da análise. E, por hipótese, um erro no domínio dos factos pode condicionar tudo o que fizermos depois.

Muitos dos erros cometidos em juízos morais devem-se à má análise dos factos. Por isso a primeira parte do estudo de um problema ético numa comissão deve ser similar ao de qualquer sessão clínica: tal como nelas é preciso dedicar tempo a estes dois primeiros pontos. Só o estudo cuidadoso e a acumulação de perspetivas distintas, devidas à intervenção de pessoas com formação e experiência distintas, pode ajudar a conhecer melhor os factos do caso e a tomar decisões diagnósticas, prognósticas e terapêuticas mais prudentes. Pode, certamente, haver imprudência, por morosidade excessiva na análise, na procura do que se não pode dar, a certeza. Mas o mais frequente é a ocorrência do contrário, imprudência por

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

ligeireza na análise, por se não se ter dedicado tempo suficiente, por se pensar que já se sabe tudo o que o doente tem e que não se necessita de maior precisão. A precipitação, a petulância, a suficiência estão nos antípodas da prudência. Quem modera um grupo de deliberação tem a função de conceder o tempo suficiente a este segundo ponto. A melhor forma de saber quando é que o debate sobre os factos já não reduz a incerteza e deve finalizar é estar atento às redundâncias. Quando os argumentos se começam a repetir, quando a discussão já não avança mais, não se introduzem perspetivas realmente novas, é porque o processo de análise chegou ao fim. É necessário passar ao ponto seguinte.

Com o passo 3 inicia-se a segunda parte do processo, a deliberação sobre os valores. Este tema dos valores é complexo como já ficou dito e por isso precisa de ser analisado seguindo uma certa ordem. Em primeiro lugar é preciso identificar bem o problema ético (passo 4) para depois procurar os valores em conflito que lhe deram origem ou do conflito de valores que há no seu interior (passo 5). E para identificar o problema ético a discutir é conveniente, quando não necessário, dedicar minutos a procurar todos os problemas éticos que se conseguirem identificar no caso que nos foi apresentado (passo 3)

No ponto 3 do método aplicamos algumas das ideias fundamentais de Weed ao caso particular da ética. O que fazemos neste ponto é identificar todos os problemas éticos que julgamos existirem no caso que é objeto de estudo. Utilizamos o termo problema em toda a sua intencionalidade e ambiguidade. Problema ético é todo aquele que, para alguém, é um problema ético. Se é um problema ético para ele é porque é um problema ético pelo menos para ele. Portanto não nos questionaremos se é um problema ético ou como é que o definiremos. Desta forma tentaremos romper com o medo que no início existe na identificação de problemas éticos. As pessoas muitas vezes mostram-se reservadas quando chega a hora de expressar o problema ético que creem ter identificado, para o caso de não ser um problema ético. Essa reserva deve desaparecer. Todo aquele que crê ter identificado um problema ético deve dizê-lo, pois por esse mesmo facto já interessa como problema ético.

É conveniente expressar os problemas deste modo, descrevendo-os da forma mais precisa possível e com o menor número de palavras de que sejamos capazes. Porque de problemas se trata, o lógico é formulá-los entre interrogações, e dado que falamos de problemas éticos também parece óbvio que o verbo da frase deve ser, de preferência, o verbo dever. Nada disto é fácil e necessita de treino específico. A identificação de problemas éticos e a expressão desses problemas em palavras, são competências que têm de ser adquiridas num processo de treino que a experiência demonstra que não pode ser curto.

Para que serve identificar os problemas éticos presentes num caso ou numa história clínica? Para já serve para se adquirirem as competências que se acabam de referir. Mas além disso serve para orientar todos os passos ulteriores da análise. Se não se fizer assim, no debate posterior é óbvio que, apesar de se estar a falar do mesmo caso, pode estar cada um a referir-se a um problema distinto e a discussão diluir-se em mil questões distintas, sendo impossível terminá-la ou chegar a uma solução. A experiência demonstra que só identificando os problemas e elegendo um em concreto para analisar e discutir, se pode fazer o debate de forma ordenada e chegar a soluções concretas.

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

Assim se chega ao passo 4, o da identificação do problema a discutir. Só podemos analisar um problema e é necessário escolher qual vai ser? A escolha do problema não deve ser feita por nenhum dos participantes do grupo, nem sequer pelo seu moderador, mas pela pessoa que apresentou o caso, a que fez a consulta porque queria assessoria num problema concreto. É bom que no passo 3, o da identificação dos problemas, não participe ativamente quem apresentou o problema, mas apenas os vários membros do grupo de deliberação. Depois de listar os problemas éticos devemos perguntar à pessoa que fez a consulta se entre os problemas identificados está o que a preocupa. É frequente que diga que sim e que assinale o problema concreto que quer que se analise. Outras vezes não é isso que acontece e nesse caso a lista tem de se expandir com um problema novo, o problema pelo qual essa pessoa nos veio consultar.

Uma vez determinado o problema a deliberar, é preciso dar um passo mais, o 5, e identificar os valores implicados. O que se faz agora é passar da linguagem concreta dos problemas para a linguagem abstrata dos valores. Todo o problema ético, como já se explicou, é no fundo, um conflito de valores. Se há um conflito de valores é porque dois ou mais deles pugnam por se realizarem nessa situação concreta. O conflito gera-se sempre entre dois valores positivos. No caso das testemunhas de Jeová, é um conflito entre um valor positivo, o valor da vida, e outro também positivo, o respeito pelas crenças religiosas pessoais. No caso da mentira, o conflito é entre o valor da verdade e o de não ferir uma pessoa numa situação concreta.

Uma vez identificados os valores em conflito, começa a terceira fase do procedimento, a deliberação moral propriamente dita. Agora do que se trata é de definir os nossos deveres. Portanto, saber que valor é que devemos realizar. O critério para resolver este conflito de valores é sempre o mesmo, teremos de concretizar o máximo possível todos os valores implicados no caso, ou dito de forma negativa, estamos obrigados a lesioná-los o mínimo possível. Isso significa que a obrigação moral não está, como muitas vezes se pensa, em fazer o bem e evitar o mal. A nossa obrigação moral não consiste em fazer o bem, mas sim o melhor, o ótimo. O que teremos de ver é como sair do conflito em condições ótimas: portanto, como concretizar ao máximo possível os valores ou como feri-los o mínimo possível.

Este é o objetivo do passo 6 do método. Para isso vamos concentrar-nos na análise dos cursos de ação possíveis. Não é pura arbitrariedade. Os cursos de ação são as saídas que nos cabe imaginar numa situação concreta. Têm a intenção de responder à seguinte pergunta: o que podemos fazer ante este conflito?

A mente humana, quiçá por preguiça, ou por aquilo que se conhece como navalha de Ockam, ou princípio da economia do pensamento, tende a reduzir todos os cursos de ação a dois, e além disso a vê-los como extremos ou opostos entre si. Dada a nossa propensão para identificar percursos extremos, a primeira coisa que devemos fazer é identificar percursos de ação extremos (passo 7). Os percursos verdadeiramente extremos constituem sempre o mesmo: a opção por um dos valores com lesão total do outro e vice-versa. A perda total de um valor é naturalmente uma tragédia. Os percursos extremos são trágicos. Isso significa que não podem ser os eleitos, a não ser depois de analisados todos os percursos intermédios.

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

O objetivo é, portanto, a procura de percursos intermédios (passo 8). Não é tarefa fácil. Há que dedicar-lhe tempo e imaginação. Por isso, é conveniente que nos casos complexos a procura de percursos intermédios deva ser feita em grupo, coletivamente. A diversificação de formações e de experiências enriquecerá o processo e permitirá ampliar o número e qualidade das saídas. Muitas vezes é conveniente desenhar os percursos num diagrama em forma de árvore para situar cada um dos percursos no seu lugar entre os extremos.

Um fator fundamental a ter em consideração na identificação dos percursos é o tempo. Muitas vezes empenhamo-nos em limitar os percursos aos que permitem tomar a decisão no momento presente, sem ter em consideração que há decisões que não são tão urgentes que não possam esperar um certo tempo. Pois bem, a manipulação da variável tempo permite encontrar percursos, que são muitas vezes preferíveis a todos os atuais. O tempo encarrega-se de clarificar muitas coisas e de resolver outras.

Identificados os diferentes cursos de ação, quer extremos quer intermédios, é necessário que deliberemos sobre qual o curso que nos parece ótimo (passo 9). A experiência demonstra que em geral é fácil chegar a consenso sobre curso ótimo. Mas convém ter presente que a deliberação não tem por objetivo chegar a consenso, mas sim chegar a decisões prudentes. O método não pretende a unanimidade na decisão, nem se pode considerar um fracasso o facto de se não alcançar a unanimidade. O que o método pretende é que todas as decisões que se tomem, uma ou várias, sejam prudentes.

Advirta-se desde já que para que alcancem esse estatuto de decisões prudentes, é necessário que sejam realistas, ou seja, realizáveis. Estamos agora de volta à realidade, às condições concretas. No passo 5 elevamo-nos à linguagem abstrata dos valores e no 7 começamos a identificar os cursos extremos de ação, que na prática são quase sempre irrealizáveis. Também pode acontecer o mesmo a muitos dos cursos intermediários. É conveniente, contudo, ter em conta todos os cursos possíveis, num esforço para estender e ampliar a análise. Mas depois de fazer tudo isto é necessário voltar à realidade, à situação concreta do caso com todas as suas circunstâncias. Uma decisão nunca será ótima se não tiver em conta as circunstâncias existentes e as consequências previsíveis. Estamos passando pelo que mais à frente denominaremos o nível do “deveria” ao nível do “deve”. O dever é sempre concreto, é o dever aqui e agora, nesta situação, nestas circunstâncias e prevendo determinadas consequências. E como as circunstâncias reais limitam sempre a realização de valores, isso implicará que a solução ótima numa situação concreta não coincida, em geral, com a solução ótima em geral, portanto, não será “melhor” solução, mas tão só a “menos má”. Dito de outro modo, o “deve” normalmente não coincide com o “deveria”. É a isso que chamamos um conflito de deveres. A solução ótima será sempre o resultado da resolução deste conflito, que se faz sempre da mesma maneira. Que consiste em ver se as condições reais nos obrigam a fazer uma exceção ao dever que temos de realizar um valor. A decisão final (passo 9) não se pode tomar sem ter ponderado as circunstâncias do caso e dessa forma encontrar a solução para esse conflito.

Mesa redonda “A tomada de decisão em ética médica” – Reflexões sobre um texto de Diego Gracia
19 de novembro de 2019 – Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

Em boa lógica o método deveria acabar aqui. Mas a prudência exige algo mais. Exige que se avalie a consistência da opção feita (passo 10). Isso faz-se submetendo a opção a provas de consistência. Há várias. As mais importantes são três: a prova de legalidade, a prova de publicidade e a prova do tempo. São as três muito importantes. A prova da legalidade tem por objetivo certificarmo-nos de que a decisão não é ilegal ou antijurídica. Ética e direito são coisas distintas, e uma decisão pode ser moral e ilegal ao mesmo tempo e também legal e imoral. Isso é evidente. Por isso mesmo o procedimento, até agora, final do processo, não teve em consideração a lei. É um erro tão grave como frequente confundir a análise ética de um caso com a sua análise jurídica. Quando se coloca um problema a alguém, é frequente que essa pessoa pergunte, em primeiro lugar, o que diz a lei a propósito desse assunto. Esse procedimento é incorreto, porque leva ao início de um processo de análise jurídica que dificulta, quando não impede, a análise ética. O que oferecemos aqui é um procedimento de análise ética dos problemas, não jurídica. No entanto, agora, no final, é conveniente perguntar-se o que diz a lei a esse respeito. As decisões antijurídicas devem-se tomar com pleno conhecimento do que se está fazendo.

A segunda prova é a da publicidade. Todos estamos dispostos a tomar muitas decisões desde que os outros se não inteirem delas. Pois bem, tomar esse tipo de decisões é, em geral, imprudente. Sobretudo porque ninguém pode estar seguro de que se não tornarão públicas e/ou cheguem aos tribunais. Se alguém se sente incapaz de defender em público a decisão que tomou, deveria revê-la antes de a elevar a definitiva (passo 8).

Finalmente a prova do tempo. Muitas vezes percebe-se mal o que é esta prova. Não se trata de atrasar a decisão por horas ou dias. Isso, em muitos casos, e concretamente em Medicina, não é possível. Por isso não se trata disso. Trata-se simplesmente de fazer um pequeno exercício mental, o de pensar se tomaríamos a mesma decisão se pudéssemos esperar horas ou dias. Sabe-se bem que todos estamos dispostos a tomar certas decisões em momentos de grande envolvimento emocional, quando estamos muito furiosos ou muito emocionados e que não tomaríamos as mesmas decisões em situações anímicas menos violentas ou passionais. Ora essas decisões acaloradas, fruto da emoção ou da paixão, não costumam ser prudentes. Nessas circunstâncias o melhor é esperar que a situação emocional melhore.

Se uma decisão resiste ao confronto com estas três provas, podemos estar razoavelmente seguros de que é prudente e por isso podemos elevá-la a definitiva (passo 11). É o último passo deste método.